Ambiente
Gestão & Desenvolvimento
ISSN 1981-4127

Percepção cultural dos moradores de Lajeado: uma análise da APA Serra do Lajeado – TO

Cultural Perception of the Residents of Lajeado: An Analysis of the Serra do Lajeado APA – TO

DOI: https://doi.org/10.24979/ambiente.v19i2.1815
Submissão: 06/07/26
Aprovação: 14/10/26

Gabriela Rodrigues Schmitt
https://orcid.org/0009-0002-0302-3286
Mariela Cristina Ayres de Oliveira
https://orcid.org/0000-0003-4253-6586
Suyene Monteiro da Rocha
https://orcid.org/0000-0001-6818-2013

RESUMO

O presente artigo analisa a percepção cultural dos moradores do município de Lajeado-TO acerca da Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado (APASL). A pesquisa, de abordagem quanti-qualitativa e caráter analítico-descritivo, fundamentou-se em levantamento bibliográfico, documental e de campo, mediante a aplicação de questionários a uma amostra de 58 residentes do município. Os resultados evidenciaram a existência de barreiras entre a população local e a unidade de conservação, sendo a falta de tempo e o desinteresse os principais fatores apontados pelos participantes. Verificou-se, ainda, um potencial distanciamento entre os moradores e a APASL, o que pode indicar desafios para o envolvimento comunitário nas ações de preservação ambiental. Conclui-se que o fortalecimento das ações locais demanda o fortalecimento de estratégias de educação ambiental e participação social, capazes de reduzir o

ISSN 1981-4127

distanciamento identificado entre a população local e a unidade de conservação, favorecendo a participação popular na gestão ambiental, conforme previsto pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Palavras-chaves: Unidades de Conservação. Percepção cultural. Moradores. Tocantins.

ABSTRACT

This paper analyzes the cultural perception of residents of the municipality of Lajeado, Tocantins, regarding the Serra do Lajeado Environmental Protection Area (APASL). Using a quantitative-qualitative approach and an analytical-descriptive character, the research was based on bibliographic, documentary, and field surveys through the application of questionnaires to a sample of 58 residents of the municipality. The results evidenced the existence of barriers between the local population and the conservation unit, with lack of time and disinterest being the main factors pointed out by the participants. Furthermore, a potential distancing between the residents and APASL was verified, which may indicate challenges for community involvement in environmental preservation actions. It is concluded that strengthening local actions demands the reinforcement of environmental education and social participation strategies capable of reducing the identified distance between the local population and the conservation unit, thereby favoring popular participation in environmental management, as provided for by the National System of Nature Conservation Units.

Key-words: Conservation Units. Cultural Perception. Local Residents. Tocantins

1 Introdução

A Lei n° 9985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, define as unidades de conservação (UCs) como espaços instituídos pelo poder público com o objetivo principal de preservar a biodiversidade, abrangendo seus recursos e características naturais relevantes (Brasil, 2000). Cabe pontuar ainda que a implementação de uma unidade de conservação afeta o modo de vida das comunidades próximas, estabelecendo novas territorialidades e impondo regras sobre o acesso e uso dos recursos naturais, de modo que a relação com a comunidade local se torna fundamental no processo de manejo de conservação de uma UC (Gonçalves et al., 2025).

ISSN 1981-4127

Sob tal ótica, cabe salientar que a instituição de espaços protegidos acarreta repercussões imediatas nos territórios abrangidos, atingindo substancialmente os grupos residentes ao consolidar diretrizes de utilização, limitações e reconfigurações do arranjo espacial. Por conseguinte, a interação estabelecida entre a administração ecológica e o corpo social local configura-se como fator fundamental para o êxito das diretrizes normatizadas no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

A gestão e a conservação das unidades de conservação não dependem apenas de instrumentos legais e administrativos, mas também da participação social e da forma como as populações compreendem e se relacionam com os espaços protegidos. Nesse sentido, a participação popular contribui para a ampliação da transparência na gestão ambiental e para o fortalecimento da governança das unidades de conservação (Machado, 2024), além de estimular o engajamento cidadão e a consciência ambiental.

A percepção ambiental, compreendida como a forma pela qual o ser humano percebe o ambiente em que está inserido a partir de conhecimentos e experiências individuais e coletivas, influencia diretamente a maneira como os indivíduos se relacionam com os recursos naturais. Assim, o desenvolvimento de uma percepção consciente e problematizadora possibilita a adoção de práticas mais sustentáveis frente às diversas questões socioambientais (de Morais Alves, Carneiro da Silva e Vieira de Sousa, 2026). Nesse contexto, a percepção constitui um elemento relevante para o fortalecimento da conservação ambiental, uma vez que influencia a forma como a população compreende, valoriza e participa da proteção dos espaços ambientalmente protegidos.

Diante desse cenário, destaca-se, no estado do Tocantins, a Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado (APASL), instituída pela Lei Estadual nº 906, de 20 de maio de 1997, a qual antecede a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Sua gestão é de responsabilidade do Governo do Estado do Tocantins, por meio do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), abrangendo os municípios de Palmas, Lajeado, Tocantínia e Aparecida do Rio Negro.

ISSN 1981-4127

Considerando a importância da APASL para a conservação da biodiversidade no estado do Tocantins e a influência da percepção da população sobre a efetividade das ações de gestão, mostrou-se pertinente investigar como os moradores percebem e se relacionam com essa unidade de conservação.

Nesse sentido, o problema que orientou a presente pesquisa consistiu em compreender de que forma o conhecimento, a frequência de visitação e as barreiras declaradas pelos moradores de Lajeado-TO se manifestam em relação aos pontos relacionados com a APA. A partir disso, formulou-se a seguinte questão norteadora: como os moradores desse município perceberam a APA Serra do Lajeado sob a perspectiva da percepção cultural?

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a percepção cultural dos moradores do município de Lajeado-TO acerca da APA Serra do Lajeado, buscando compreender como esses indivíduos interpretaram e se relacionaram com a unidade de conservação.

Dentro desse contexto, este trabalho teve como objetivo analisar a percepção cultural, o conhecimento e as práticas de visitação dos moradores de Lajeado-TO em relação à Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado (APASL), buscando contribuir para a compreensão da relação da comunidade local com as unidades de conservação no Tocantins. O artigo está estruturado em três seções: a primeira aborda a percepção cultural em unidades de conservação; a segunda apresenta a caracterização da APASL; e a terceira analisa a percepção cultural dos moradores de Lajeado sobre a referida unidade.

2 Metodologia

A presente pesquisa fundamentou-se em uma trajetória metodológica de caráter quanti-qualitativo e analítico-descritivo. A pesquisa bibliográfica compreendeu a análise de artigos científicos relacionados à temática ambiental, delimitada a partir das palavras-chave “Unidades de Conservação”, “Tocantins”, “Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza”, “Percepção Cultural” e “Serra do Lajeado”. Foram priorizados estudos produzidos após a promulgação da Lei do Sistema Nacional de Unidades de

ISSN 1981-4127

Conservação da Natureza (Lei n° 9.985/2000), com base em plataformas como Google Acadêmico e ScieLO. No que se refere à pesquisa documental, a análise concentrou-se nos principais instrumentos normativos pertinentes à contextualização ambiental, em especial a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.985/2000.

A pesquisa de campo consistiu na aplicação de questionários estruturados junto à população local da cidade de Lajeado durante o período de junho e novembro de 2024, O projeto foi previamente submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o CAAE nº 81234824.7.0000.5519, tendo a participação ocorrido de forma voluntária mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou aceite digital correspondente.

A seleção dos participantes considerou critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, visando garantir a pertinência das informações para a análise da percepção ambiental e cultural relacionada à Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra do Lajeado, nos municípios de Palmas e Lajeado - Tocantins. Foram incluídos indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, residentes na área de influência da APA ou visitantes que frequentassem a unidade de conservação, de modo a contemplar tanto a percepção da população com vínculo territorial quanto as experiências dos visitantes.

Foram excluídos indivíduos menores de 18 anos, pessoas que não residissem na área de influência ou não fossem visitantes da APA, aqueles que não manifestassem consentimento para participação ou que apresentassem impossibilidade de compreensão e resposta ao instrumento de pesquisa. Também foram excluídos sujeitos que, em razão de suas funções específicas, pudessem apresentar uma condição diferenciada de envolvimento institucional com a unidade, tais como orientadores turísticos, conselheiros da APA e presidentes de associações, buscando-se evitar possíveis vieses decorrentes de sua atuação profissional ou representativa. A aplicação do questionário foi realizada somente após a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa, em conformidade com os princípios éticos aplicáveis às pesquisas envolvendo seres humanos.

ISSN 1981-4127

Para o escopo analítico deste artigo, foi delimitado o recorte correspondente aos participantes residentes no município de Lajeado, totalizando 58 respondentes. Assim, embora a pesquisa de campo tenha contemplado participantes de diferentes localidades e visitantes, as análises apresentadas neste artigo concentram-se exclusivamente nos dados dos 58 moradores de Lajeado.

Para o desenvolvimento deste trabalho, adotou-se uma modalidade mista de amostragem não probabilística por conveniência, optando-se por analisar exclusivamente o recorte amostral de 58 participantes residentes em Lajeado. Embora a pesquisa de campo tenha contemplado participantes de diferentes localidades e visitantes, o presente artigo delimita sua análise exclusivamente aos dados obtidos junto aos 58 participantes residentes em Lajeado.

Desse total, 47 responderam presencialmente por meio de abordagens diretas em pontos de grande fluxo, tais como o Balneário Ilha Verde, a Praia do Segredo e a Avenida Sebastião Sáles Monteiro, enquanto as outras 11 respostas foram obtidas por via virtual mediante o compartilhamento do link do formulário eletrônico (Google Forms) em redes sociais.

O questionário estruturou-se em três partes: (i) Declaração de Consentimento e Perfil do Respondente; (ii) Percepção Ambiental; e (iii) Percepção Cultural. Para o escopo analítico deste artigo, os dados foram delimitados estritamente à caracterização do perfil dos respondentes e à seção dedicada à percepção cultural, não tendo o instrumento passado por pré-teste.

Os dados quantitativos foram analisados por estatística descritiva simples, usando frequências absolutas e percentuais. Nas questões com múltiplas alternativas (como as barreiras de visitação), o cálculo percentual baseou-se no total de respostas citadas, o que justifica a soma ultrapassar o número total de participantes. Para mapear a frequência de visitação, adotou-se o corte de cinco visitas ou mais como indicador de um fluxo habitual, diferenciando o uso esporádico do vínculo contínuo com a área protegida. Por fim, as respostas abertas foram tratadas por Análise de Conteúdo, sendo categorizadas tematicamente para

ISSN 1981-4127

identificar os aspectos cênicos valorizados e os motivos de desinteresse, conectando-os aos conceitos teóricos da pesquisa.

3 Percepção cultural em unidade de conservação

A partir da Constituição de 1988, o Brasil passou a fazer parte formalmente da agenda global de sustentabilidade, por incluir o meio ambiente como direito fundamental, de modo que o país passou a aderir a diversos tratados internacionais e fortaleceu sua base legal para a proteção ambiental nacional (Mattos et al., 2025). Nesse contexto, a natureza ganhou status de bem essencial à qualidade de vida, tanto para o ser humano do presente quanto para o do futuro, cabendo à atual sociedade a responsabilidade ética, moral e também legal de incluir a dimensão ambiental em seus projetos (Lopes, Silva, Tavares, 2013).

Logo, no âmbito do Direito, houve o surgimento de um novo princípio: o do meio ambiente ecologicamente equilibrado, que transcende a esfera do indivíduo, supera o interesse coletivo e projeta-se como direito transgeracional, pois fixa a responsabilidade da atual geração com as próximas. Segundo Machado (2024), esse princípio se consubstancia na conservação das propriedades e suas funções, de modo a possibilitar a existência, evolução e desenvolvimento dos seres vivos. Além disso, a garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado é classificada pelo ordenamento jurídico brasileiro como um direito de terceira geração, caracterizado por sua natureza difusa.

Segundo Cirne (2022), quanto aos espaços territoriais especialmente protegidos, merecem destaque quatro pontos do texto constitucional: o primeiro deles é "o caput do art. 225, ao trazer o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem se uso comum do povo e indispensável à sadia qualidade de vida, alterou a relação dos homens com o meio ambiente"; o segundo refere-se ao artigo 170, VI, ao colocar expressamente que o meio ambiente é uma das limitações da livre iniciativa, pois a mesma não pode ferir o direito à preservação do meio ambiente. O terceiro ponto está no art. 186, II, da Constituição de 1988 (Brasil, 1988), que trata da função social da propriedade rural, incluindo no conceito da função social a correta

ISSN 1981-4127

utilização dos recursos naturais, no intuito de viabilizar a sua conservação e preservação. E o quarto ponto se refere ao § 1º, inciso III, do art. 225, ao estabelecer como dever do Poder Público "definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção" (Brasil, 1988).

Como forma de concretizar os princípios e diretrizes de proteção ambiental previstos no ordenamento jurídico brasileiro, destaca-se a criação da Lei n° 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, de modo a estabelecer critérios e normas voltados à criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (UCs), sendo essas definidas como:

> espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Brasil, 2000).

Para Silva et al. (2024), as unidades de conservação buscam proteger a diversidade biológica por meio de práticas voltadas à conservação, ao incentivo à pesquisa e à educação ambiental, além de dependerem de fiscalização e suporte técnico e financeiro para cumprir seu papel. Os autores destacam, contudo, que, na prática, há dificuldades para que os gestores se organizem e garantam a existência e a eficiência dessas unidades.

Ademais, há uma diferenciação entre UCs de Proteção Integral e de Uso Sustentável. Como os próprios nomes indicam, o primeiro grupo admite apenas o uso indireto dos recursos naturais, exceto nos casos previstos em lei, enquanto o segundo compatibiliza a conservação com o uso humano sustentável (Brasil, 2000). Para operacionalizar essas diretrizes, o SNUC instituiu 12 categorias de áreas protegidas, distribuídas entre esses dois grandes grupos, conforme sistematizado no Quadro 1.

Quadro 1- Categorias de Unidades de Conservação segundo o SNUC

ISSN 1981-4127

Unidades de Proteção Integral	**Unidades de Uso Sustentável**
Estação Ecológica	Área Proteção Ambiental
Reserva Biológica	Área de Relevante Interesse Ecológico
Parque Nacional	Floresta Nacional
Monumento Natural	Reserva Extrativista
Refúgio de Vida Silvestre	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	Reserva de Fauna
	Reserva Particular

Fonte: Brasil (2000).

A estruturação apresentada no Quadro 1 reflete a lógica do SNUC em ordenar as unidades de conservação de acordo com os limites de interferência humana permitidos. Diante desse panorama, esta pesquisa direciona seu foco para o grupo de Uso Sustentável, elegendo a Área de Proteção Ambiental (APA) Serra do Lajeado como objeto central do nosso estudo.

Além de estabelecer as categorias e os objetivos das unidades de conservação, a Lei do SNUC também define diretrizes voltadas à sua gestão e governança. Nesse sentido, o art. 5º da referida legislação dispõe que o sistema obedecerá a diretrizes que assegurem o envolvimento da sociedade no estabelecimento e revisão da Política Nacional de Unidades de Conservação (Brasil, 2000).

Nesse contexto, a participação social prevista pelo SNUC não se limita à presença formal da população nos processos decisórios, mas pressupõe o conhecimento, compreensão e o reconhecimento, por parte das comunidades locais, da importância das unidades de conservação. Logo, para a efetividade das UCs, a percepção das comunidades locais desempenha um papel crucial na gestão e na sustentabilidade dessas áreas, motivo pelo qual os estudos dessa relação são importantes para aprofundar sua compreensão e contribuir para o aprimoramento das estratégias de conservação (Rodrigues et al., 2024).

Sob essa perspectiva, a percepção humana varia conforme o uso diferenciado dos órgãos sensoriais, influenciada pela cultura, pela experiência de vida, pela idade e pela visão de mundo de cada indivíduo, de

ISSN 1981-4127

modo que um mesmo objeto ou ambiente pode ser interpretado de maneiras diversas e as ações realizadas em determinado espaço estão diretamente relacionadas à percepção que se tem desse lugar (Santos, 2020).

Para Campanili e Prochnow (2006 apud Da Costa Filho; Ferreira; Nápolis, 2024), a mudança da percepção da população é essencial para que a relação entre o ser humano e o meio ambiente propicie uma melhoria da qualidade de vida, conservação da biodiversidade e um desenvolvimento sustentável. De modo que a mitigação dos problemas ambientais exige um despertar do sentimento de pertencimento nas pessoas, necessitando uma profunda conexão com o lugar que habita (Da Costa Filho, Ferreira e Nápolis, 2024).

A formação da cultura, compreendendo conhecimentos, habilidades, significados e valores, ocorre continuamente ao longo da vida e é influenciada pelo lugar onde o indivíduo está inserido. Nesse contexto, a relação estabelecida com o ambiente contribui para a construção da identidade e do sentimento de pertencimento, uma vez que diferentes culturas interagem de maneiras distintas com o meio natural, resultando em diferentes formas de apego e identificação com o lugar (Duarte et al., 2021).

Assim sendo, entender o ambiente em que se vive é imprescindível para que se respeite o limite dos recursos naturais e a falta de percepção para os problemas locais pode gerar impactos para toda a humanidade (Souza de Ramos, Leite Nogueira e Abreu Lima, 2021). Logo, analisar a percepção pode apontar o melhor caminho para se enfrentar e controlar os danos ambientais dentro de determinadas comunidades (De Paula Carvalho e Rodrigues, 2015).

Em razão disso, a percepção das populações residentes em unidades de conservação ou em suas áreas de influência constitui um elemento relevante para a efetividade do SNUC, uma vez que o reconhecimento da importância desses espaços favorece a participação social, o cumprimento das normas de proteção e a construção de estratégias mais eficazes de conservação ambiental. Dessa forma, torna-se necessário compreender as características da área objeto deste estudo, bem como o contexto ambiental em que se inserem os moradores analisados.

ISSN 1981-4127

4 Caracterização da APA Serra do Lajeado

Para compreender a dinâmica de gestão e os desafios territoriais da APA Serra do Lajeado, faz-se necessário, primeiramente, resgatar a própria natureza jurídica e conceitual dessa categoria de unidade de conservação. Sob a ótica de Pereira et al. (2025), as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) constituem territórios de uso sustentável concebidos estrategicamente para compatibilizar as atividades humanas com a conservação biológica e o bem-estar das populações residentes.

Essa tipologia de proteção, que pressupõe a coexistência entre o homem e a natureza, é normatizada pelo ordenamento jurídico brasileiro da seguinte forma:

> Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Brasil, 2000).

Em consonância com esses preceitos legais, a Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado (APASL) localiza-se no estado do Tocantins, unidade federativa situada na região Norte do Brasil. O estado apresenta sua vegetação composta predominantemente pelo bioma Cerrado, que ocupa aproximadamente 91% de seu território, e pelo bioma Amazônico (Cardoso, De Negreiros e Pereira, 2024). O Cerrado possui grande relevância social para comunidades quilombolas, ribeirinhas e indígenas que dependem de seus recursos naturais para sobreviver com qualidade de vida (Sawyer et al., 2018).

O Cerrado é considerado a segunda maior região biogeográfica da América do Sul e é reconhecida como a Savana mais biodiversa do planeta, segundo pontuam Cardoso, De Negreiros e Pereira (2024). Além de ser o maior *hotspot* do Hemisfério Ocidental e abrigar elevada diversidade de espécies da fauna e da flora, incluindo inúmeras espécies endêmicas, o bioma desempenha papel estratégico para a segurança hídrica sul-americana por concentrar as nascentes das bacias Amazônica/Tocantins, do São Francisco e do Prata (Sawyer et al., 2018).

ISSN 1981-4127

Apesar de sua importância ecológica, o Cerrado enfrenta diversas pressões antrópicas. Entre as principais ameaças à biodiversidade destacam-se o desmatamento, a expansão agropecuária, a degradação dos solos, as invasões biológicas e o uso inadequado do fogo. Além disso, a urbanização acelerada, a caça ilegal e o tráfico de espécies comprometem a conservação dos ecossistemas e ameaçam diversas espécies de extinção (Espindola; Artaxo, 2023).

Nesse cenário, a Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado foi instituída pela Lei Estadual nº 906, de 20 de maio de 1997, sendo, portanto, anterior à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Sua gestão é de responsabilidade do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins). A unidade abrange os municípios de Palmas, Lajeado, Tocantínia e Aparecida do Rio Negro, situando-se em posição estratégica na região central do estado.

Dentre esses municípios, Lajeado destaca-se por sua estreita relação geográfica e socioeconômica com a unidade de conservação. O município possui uma dinâmica marcada pelo potencial turístico de seus atrativos naturais, como cachoeiras, mirantes e o próprio rio Tocantins, além de abrigar a Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (Kikuchi, 2005). De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022) o município conta com 3.357 pessoas, de acordo com o censo demográfico mais recente.

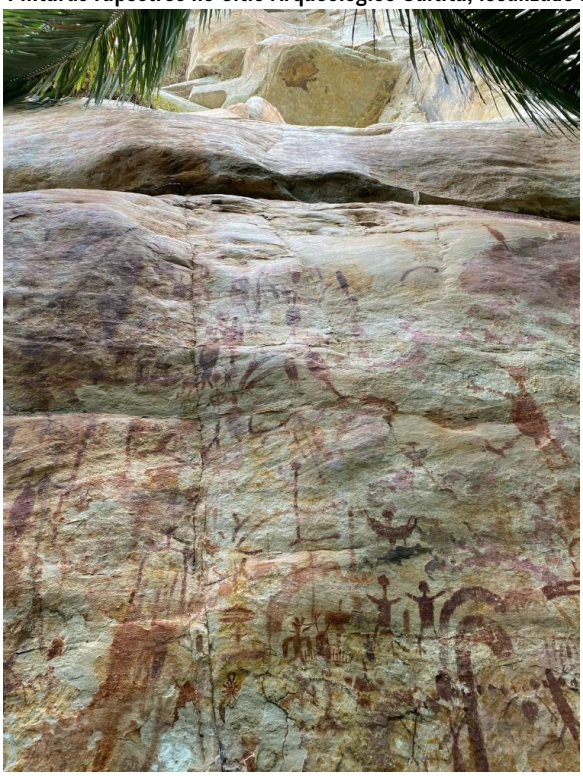
A infraestrutura conectora da unidade também é relevante, sendo a APA cortada pelas rodovias TO-010, TO-020 e TO-030. A TO-010 conecta Palmas aos municípios de Lajeado e Tocantínia, enquanto a TO-020 liga a capital a Aparecida do Rio Negro, atravessando a porção meridional do Parque Estadual do Lajeado (Tocantins, 2019).

A APASL é considerada um importante corredor ecológico entre as serras do Lajeado e do Carmo, abrigando espécies da fauna e flora características do Cerrado. Além disso, apresenta significativa relevância histórica e cultural, por compreender sítios arqueológicos com pinturas rupestres e áreas ocupadas por comunidades tradicionais. Segundo a Associação Onça D'Água (2024), mais de 200 sítios arqueológicos

ISSN 1981-4127

encontram-se identificados em seu território, dentre os quais se destaca o Sítio Arqueológico Caititu, conforme demonstra a Figura 1.

Figura 1- Pinturas rupestres no Sítio Arqueológico Caititu, localizado na APASL.



Fonte: Autoria própria (2023).

Além do patrimônio arqueológico ilustrado, a APA Serra do Lajeado exerce importante função na recarga de aquíferos profundos e abriga ecossistemas associados às veredas e matas ciliares, fundamentais para a manutenção da biodiversidade. Ademais, as características dos solos da área indicam suscetibilidade a processos erosivos, o que demanda cuidados específicos no uso e ocupação do solo (Furtado, Cristo, 2018).

Entretanto, as pressões antrópicas observadas no Cerrado também se refletem na APASL. Um indicativo dessa situação é apresentado pelo Relatório Anual de Desmatamento no Brasil (RAD2024), segundo o qual a APA Serra do Lajeado ocupa a 22ª posição entre as unidades de conservação com maior área desmatada do país, evidenciando a necessidade de fortalecimento das ações de proteção e gestão ambiental (MapBiomas, 2025).

ISSN 1981-4127

As características ambientais, culturais e socioeconômicas da APA Serra do Lajeado demonstram a relevância dessa unidade de conservação para a proteção da biodiversidade, dos recursos hídricos e do patrimônio histórico regional. Entretanto, a efetividade das estratégias de conservação não depende apenas dos instrumentos legais e institucionais, mas também da forma como as populações residentes percebem e se relacionam com esse território. Nesse sentido, torna-se pertinente analisar a percepção cultural dos moradores acerca da APA Serra do Lajeado, buscando compreender seu nível de conhecimento, suas formas de interação com a unidade e sua visão sobre a importância da conservação ambiental.

Diante do exposto, a percepção cultural é operacionalizada nesta pesquisa a partir do nível de familiaridade, das frequências de visitação do espaço e das restrições de acesso. Cabe destacar que a frequência de visitação e a identificação de atrativos funcionam como indicadores práticos dos vínculos afetivos e de pertencimento com o território protegido. Desse modo, as variáveis analisadas buscam compreender como os moradores de Lajeado significam e valorizam a paisagem da APASL, transformando o espaço geográfico em um lugar dotado de sentidos identitários.

5 Percepção cultural dos moradores de lajeado sobre a APASL

Conforme discutido anteriormente, a percepção cultural pode ser compreendida como o conjunto de valores, conhecimentos, experiências e significados atribuídos pelos indivíduos ao espaço em que vivem. Nesse sentido, compreender as diferentes percepções de moradores e visitantes mostra-se essencial, uma vez que esse entendimento permite sensibilizá-los e, quando necessário, favorecer mudanças de visão (Santos, 2020). Dessa forma, a análise das respostas obtidas junto aos moradores do município de Lajeado-TO possibilitou compreender diferentes aspectos da relação estabelecida entre a comunidade e a APA Serra do Lajeado.

Inicialmente, procedeu-se à caracterização do perfil socioeconômico dos 58 respondentes, cuja análise descritiva inicia-se pela variável de gênero dos participantes. Os dados revelam a distribuição

ISSN 1981-4127

amostral entre homens e mulheres residentes que colaboraram com a pesquisa, permitindo contextualizar a base social do grupo investigado, conforme disposto na Tabela 1.

Tabela 1- Distribuição dos moradores de Lajeado segundo o sexo.

Sexo	Frequência (n)	Percentual (%)
Feminino	24	41,4
Masculino	34	58,6
Total	58	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Quanto ao sexo, os residentes locais de Lajeado predominou o sexo masculino, com 34 participantes (58,6%), contra 41,4% de representação feminina. Essa dinâmica local exige atenção para que as propostas de gestão mapeiem as diferentes rotinas de uso do espaço por homens e mulheres na comunidade. Paralelamente, o nível educacional desse grupo específico é detalhado na Tabela 2.

Tabela 2- Distribuição dos moradores de Lajeado segundo o nível de escolaridade.

Escolaridade	Frequência (n)	Percentual (%)
Ensino Fundamental	10	17,2
Ensino Médio Incompleto	6	10,3
Ensino Médio Completo	25	43,1
Ensino Superior Incompleto	4	6,9
Ensino Superior Completo	13	22,4
Total	58	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

No que se refere à escolaridade, destacou-se o ensino médio completo, com 25 respondentes. Embora esse dado tenha caráter predominantemente descritivo, ele contribui para a compreensão do perfil dos

ISSN 1981-4127

participantes e constitui elemento a ser considerado na interpretação dos resultados relativos à percepção cultural. Nesse sentido, ações de comunicação e educação ambiental podem utilizar estratégias e linguagens adequadas ao perfil do público, favorecendo a compreensão sobre a importância da conservação e fortalecendo sua relação com o território da UC. Sob a mesma ótica comparativa, a estrutura etária local encontra-se sistematizada na Tabela 3.

Tabela 3- Distribuição dos moradores de Lajeado segundo a faixa etária.

Faixa Etária	Frequência (n)	Percentual (%)
18 a 24 anos	10	17,2
25 a 34 anos	8	13,8
35 a 44 anos	12	20,7
45 a 59 anos	22	37,9
60 anos ou mais	6	10,3
Total	58	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Em relação à faixa etária, predominou a faixa etária de 45 a 59 anos, com 37,9% dos respondentes, indicando a participação majoritária de indivíduos com maior maturidade etária. Tal característica pode influenciar a percepção cultural e ambiental dos entrevistados, uma vez que indivíduos com maior tempo de vivência tendem a acumular experiências e conhecimentos relacionados às transformações ocorridas no território ao longo dos anos.

Após a caracterização do perfil dos participantes, procedeu-se à análise das questões relacionadas à percepção cultural dos moradores de Lajeado-TO. A Seção III do questionário, que se refere à percepção cultural, foi composta por cinco perguntas, sendo quatro fechadas e uma aberta, elaboradas com o objetivo de compreender a relação dos entrevistados com os aspectos culturais, históricos e simbólicos associados à APA Serra do Lajeado.

ISSN 1981-4127

A primeira questão proposta aos entrevistados foi: “Você já visitou algum dos lugares relacionados na Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado?”. Para responder, foram apresentados dez locais de relevância cultural, turística e ambiental: Sítio Arqueológico Caititu, Trilha da Miau, Trilha do Limpão, Sítio Paredão, Parque Estadual do Lajeado, Cachoeira do Evilson, Cachoeira do Roncador, Estância Garra, Festival Gastronômico de Taquaruçu e Morro do Segredo. Ressalta-se que a questão permitia múltiplas respostas, considerando que o contato com o território pode ocorrer de diferentes formas e em mais de um espaço simultaneamente.

Com o intuito de contextualizar geograficamente esses atrativos perante as respostas obtidas, foram mapeadas as distâncias rodoviárias aproximadas a partir do município de Lajeado (TO), utilizando como base os trajetos estimados na plataforma Google Maps (Google, 2026).Ressalta-se que, embora o questionário tenha apresentado a lista de atrativos de forma unificada aos participantes, procede-se nesta etapa analítica ao esclarecimento da vinculação espacial de cada local com a APA Serra do Lajeado, estabelecendo distinções que auxiliam na interpretação dos resultados. Assim, identificam-se: (a) locais inseridos nos limites cartográficos da APA, como o Morro do Segredo (2,5 km da sede), a Trilha da Miau (31 km) e a Trilha do Limpão (59 km); (b) locais situados em sua área de influência direta a exemplo do Sítio Arqueológico Caititu (23 km), do Sítio Paredão (78 km), da Cachoeira do Evilson (86 km), da Estância Garra (87 km) e da Cachoeira do Roncador (91 km), além do Parque Estadual do Lajeado (100 km); e (c) atrativos relacionados regionalmente ao objeto de estudo, a exemplo do Festival Gastronômico de Taquaruçu (88 km).

A análise das respostas revelou um panorama interessante acerca das práticas de lazer e do envolvimento da comunidade local com os espaços protegidos. O Morro do Segredo configura-se como o local mais frequentado, sendo citado por 47 moradores, o que demonstra sua centralidade simbólica e paisagística para a população de Lajeado. Em seguida, destaca-se o Festival Gastronômico de Taquaruçu, com 21 menções, evidenciando que eventos culturais de caráter coletivo também desempenham papel fundamental na dinâmica

ISSN 1981-4127

de apropriação territorial. O Sítio Arqueológico Caititu aparece em seguida, com 17 citações, ressaltando o interesse da comunidade por espaços de valor histórico e patrimonial.

O conjunto completo dos resultados encontra-se sistematizado na Tabela 4.

Tabela 4- Locais Visitados pelos moradores de Lajeado.

Local	**Quantidade de vezes citado**
Morro do Segredo	47
Festival Gastronômico de Taquaruçu	21
Sítio Arqueológico Caititu	17
Parque Estadual do Lajeado	16
Cachoeira do Roncador	11
Trilha da Miau	10
Trilha do Limpão	10
Sítio Paredão	10
Cachoeira do Evilson	5
Estância Garra	0

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Outros locais apresentaram índices menores de visitação, mas ainda relevantes para a compreensão do fenômeno analisado. O Parque Estadual do Lajeado foi lembrado por 16 moradores, evidenciando sua importância como área de conservação e lazer. A Cachoeira do Roncador registrou 11 menções, enquanto as trilhas da Miau e do Limpão, juntamente com o Sítio Paredão, apresentaram frequência equivalente, com 10 citações cada, indicando uma distribuição relativamente equilibrada na utilização desses espaços.

Em contrapartida, a Cachoeira do Evilson foi pouco mencionada, com apenas cinco respostas, ao passo que a Estância Garra não foi citada por nenhum dos participantes, revelando ausência de circulação local nesse espaço específico. Esse cenário pode estar relacionado a diferentes fatores, como desconhecimento,

ISSN 1981-4127

dificuldade de acesso ou menor procura por parte da população, aspectos que não foram diretamente investigados nesta pesquisa.

Esse conjunto de dados, além de mapear os locais mais visitados pelos moradores, fornece importantes indicativos sobre a relação cultural estabelecida entre a população e o território abrangido pela APA Serra do Lajeado. Os resultados sugerem que espaços como o Morro do Segredo, o Festival Gastronômico de Taquaruçu e o Sítio Arqueológico Caititu ocupam posição de destaque no imaginário e nas vivências dos entrevistados, reunindo elementos naturais, históricos e culturais que se mostraram relevantes nas respostas dos participantes.

Por outro lado, a baixa ou inexistente visitação a determinados pontos sugere possíveis diferenças no acesso e no conhecimento desses espaços, podendo também estar relacionada à sua valorização, aspecto que não foi diretamente mensurado pela pesquisa.

Observa-se que assimetrias no acesso, no conhecimento ou na valorização desses espaços, evidenciam a relação da comunidade com a unidade de conservação não ocorre de maneira homogênea. Dessa forma, os resultados sugerem a relevância de estratégias de gestão ambiental e de divulgação mais equilibradas, voltadas ao fortalecimento do vínculo entre a população e os diferentes atrativos da APA Serra do Lajeado.

Tabela 5- Distribuição do número de locais conhecidos entre os moradores de Lajeado.

Número de locais conhecidos	**Frequência**
Não conhece nenhum	7
Conhece 1 lugar	16
Conhece 2 lugares	9
Conhece 3 lugares	9
Conhece 4 lugares	8
Conhece 5 lugares	2
Conhece 6 lugares	6

ISSN 1981-4127

Conhece 7 lugares	1

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

A partir dos dados apresentados na Tabela 5, observa-se que grande parte dos respondentes possui conhecimento limitado dos locais estudados, sendo que 16 afirmaram conhecer apenas 1 lugar e 7 declararam não conhecer nenhum. Esse resultado indica que a proximidade geográfica da população em relação à unidade de conservação não implica, necessariamente, amplo conhecimento sobre seus atrativos naturais e culturais. Tal cenário pode levantar a hipótese de que a simples existência da unidade não garante sua apropriação social, sinalizando caminhos para futuras investigações sobre o papel de ações permanentes de divulgação e educação ambiental

Apenas uma parcela reduzida relatou conhecer 5 ou mais lugares, evidenciando que o envolvimento mais amplo com o território é restrito a poucos indivíduos. Esses resultados indicam potencial para o debate acerca de estratégias de educação ambiental e de incentivo ao uso público da unidade, visando ampliar o vínculo da população com os ambientes naturais, conforme discutido por Silva et al. (2024).

No que se refere à segunda pergunta, esta buscou identificar quais aspectos mais chamaram a atenção dos moradores nos locais que visitaram, bem como os motivos que justificaram tal destaque. Em linhas gerais, as respostas convergiram para elementos relacionados à paisagem, à vista panorâmica e à beleza cênica dos espaços, o que revela uma valorização estética e sensorial do ambiente natural. Evidencia-se, portanto, que a comunidade se conecta aos territórios da APA principalmente por meio da experiência visual e da contemplação da paisagem, aspecto que dialoga com a construção de significados atribuídos ao meio (Carvalho, 2004). Esse resultado demonstra que os elementos cênicos constituem importantes referências na construção da percepção cultural dos moradores, influenciando a forma como atribuem significado e valor aos espaços protegidos.

A terceira pergunta direcionou-se à frequência de visitação, indagando quantas vezes os moradores haviam retornado aos mesmos locais. Conforme detalhado na seção metodológica, adotou-se o ponto de corte

ISSN 1981-4127

de cinco visitas ou mais como indicador de fluxo habitual no território. Nesse recorte, constatou-se que o Sítio Arqueológico Caititu foi mencionado por 2 moradores, a Trilha da Miau por 1, o Sítio Paredão por 2, o Parque Estadual do Lajeado por 4, o Festival Gastronômico de Taquaruçu por 2 e, de forma expressiva, o Morro do Segredo por 13 respondentes, destacando-se como o local de maior recorrência de visitações.

Tabela 6- Frequência de retornos aos locais visitados (≥ 5 visitas) entre moradores de Lajeado.

Local	**Nº de moradores que retornaram 5x ou mais**
Morro do Segredo	13
Parque Estadual do Lajeado	4
Sítio Arqueológico Caititu	2
Sítio Paredão	2
Festival Gastronômico de Taquaruçu	2
Trilha da Miau	1

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Os resultados, sistematizados na Tabela 6, evidenciam a existência de locais que concentram maior repetição de visitas, o que pode indicar diferentes níveis de frequência de utilização dos espaços pelos participantes. Esse resultado pode contribuir para a compreensão da relação estabelecida pelos moradores com os espaços analisados, sinalizando a relevância de estudos futuros que investiguem de forma mais específica aspectos relacionados ao pertencimento, à identidade cultural e à valorização desses ambientes.

Nesse recorte, o Morro do Segredo apresentou frequência de retorno expressivamente superior à dos demais locais, sendo mencionado por 13 moradores. Esse resultado evidencia que o Morro do Segredo apresenta maior frequência de utilização entre os locais investigados. Assim, a recorrência das visitas ao Morro do Segredo sugere que esse ambiente ocupa posição de destaque entre os espaços frequentados pelos participantes, embora não seja possível, a partir desse dado isoladamente, estabelecer uma relação direta com sentimentos de pertencimento ou com a valorização da APA.

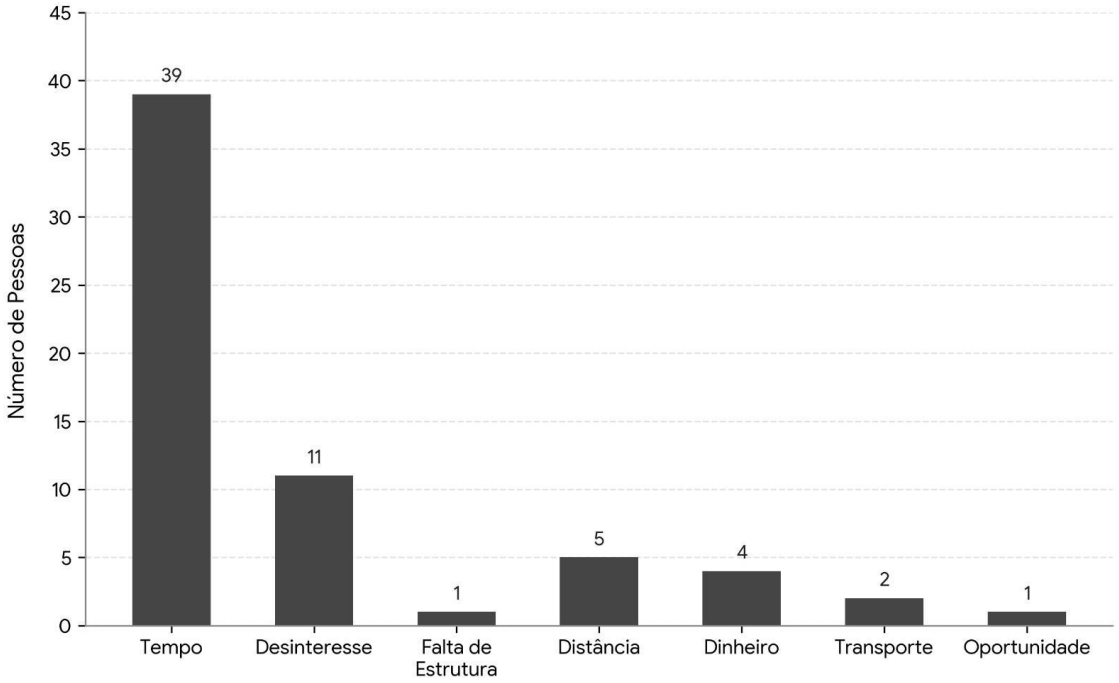
ISSN 1981-4127

Por sua vez, a quarta pergunta: “Dos lugares listados você ainda não conheceu e tem interesse em visitar?”, revelou um dado singular. Embora a maioria dos entrevistados tenha indicado disposição em explorar novos espaços, uma resposta destoou das demais: “Não tenho vontade de conhecer os outros.” Essa manifestação é significativa, pois sugere que, mesmo diante de um questionário que buscava estimular reflexões sobre a APA, há indivíduos que não apresentam interesse em ampliar seu contato com outros locais. Esse dado, embora isolado, merece atenção por indicar a existência de percepções divergentes no interior da comunidade, o que pode impactar o engajamento coletivo (Santos, 2020).

Na sequência, questionou-se aos participantes quais fatores os impediram de conhecer os locais mencionados na pesquisa, sendo oferecidas as opções: falta de tempo, distância, desinteresse, limitações financeiras e outros. Ressalta-se que a soma das frequências ultrapassa o número de 58 participantes, pois a questão permitia a marcação de múltiplas respostas pelo mesmo respondente. A alternativa mais apontada foi a falta de tempo, mencionada por 39 entrevistados, seguida do desinteresse, indicado por 11 participantes. A predominância da falta de tempo pode sugerir que a disponibilidade temporal constitui um fator relevante para a visitação dos locais investigados, enquanto o desinteresse evidencia uma percepção declarada por parte dos moradores. Embora a pesquisa não permita determinar as causas dessas respostas, a distribuição dos dados demonstra que as barreiras à visitação envolvem não apenas aspectos relacionados ao acesso físico, mas também fatores associados à disponibilidade de tempo e à disposição dos participantes para frequentar esses espaços.

Figura 2- Distribuição dos motivos declarados pelos participantes que os impediram de conhecer os locais mencionados.

ISSN 1981-4127



Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

A análise dos dados da Figura 2 evidencia que a principal barreira apontada pelos participantes está relacionada à falta de tempo, mencionada por 39 entrevistados, o que indica que a rotina cotidiana e as demandas profissionais e pessoais constituem o principal fator limitador do acesso aos espaços naturais e turísticos da região.

Em segundo lugar, destaca-se o desinteresse, citado por 11 participantes, o que pode estar associado à baixa sensibilização ambiental ou à ausência de valorização dos atrativos locais. Já a distância foi apontada por 5 respondentes, enquanto questões financeiras foram mencionadas por 4 participantes, indicando que fatores estruturais e econômicos também influenciam, ainda que em menor proporção, o acesso aos locais.

Além disso, o transporte foi citado por 2 entrevistados, a falta de estrutura por 1 participante e a ausência de oportunidade também por 1 respondente. Esses resultados demonstram que, embora fatores estruturais, como distância e limitações financeiras, tenham sido mencionados, a predominância da falta de

ISSN 1981-4127

tempo sugere que o principal obstáculo não está relacionado exclusivamente ao acesso físico aos atrativos, mas também às prioridades e à dinâmica cotidiana dos moradores.

Dessa forma, observa-se que a limitação de acesso aos espaços da APA Serra do Lajeado está mais relacionada à organização da rotina dos indivíduos do que a impedimentos estruturais diretos. A expressiva indicação da falta de tempo revela não apenas uma questão de ordem prática, mas também sugere uma possível baixa priorização das atividades de lazer e do contato com a natureza no cotidiano dos entrevistados. Já o desinteresse, segunda resposta mais mencionada, pode estar relacionado tanto à carência de políticas de sensibilização e divulgação quanto à insuficiência de estratégias de educação ambiental, como destacam Braga e Marcomin (2008), capazes de aproximar a comunidade dos benefícios culturais, sociais e ecológicos proporcionados pela visitação.

Assim, os dados evidenciam a necessidade de ações integradas de gestão e educação ambiental que incentivem a valorização da APA pela comunidade local, reduzindo barreiras de acesso, fortalecendo o sentimento de pertencimento e ampliando a participação social na preservação ambiental, em consonância com o potencial educativo das unidades de conservação (Costa Filho, Ferreira e Nápolis, 2024).

De maneira geral, os resultados da pesquisa apontam para desafios na aproximação entre a população local e a APA Serra do Lajeado, especialmente no que se refere ao conhecimento e à utilização dos espaços inseridos na unidade de conservação. Embora os entrevistados reconheçam a importância de determinados atrativos naturais e culturais, observa-se que parte significativa dos moradores mantém contato limitado com diversos locais da APA. Esse cenário pode subsidiar discussões sobre estratégias de educação ambiental, divulgação e aproximação da comunidade com a unidade de conservação, a partir das características e barreiras identificadas na pesquisa.

6 Considerações finais

ISSN 1981-4127

O presente estudo teve como objetivo compreender as percepções de moradores de Lajeado acerca da APA Serra do Lajeado, evidenciando aspectos que influenciam sua relação com o território, o qual foi alcançado de forma satisfatória, uma vez que a pesquisa possibilitou identificar e analisar tais percepções por meio dos dados coletados. Nesse sentido, destaca-se que a percepção não é estática, mas passível de transformações ao longo da vida do indivíduo, o que torna essencial compreender essas diferentes visões para sensibilizar os sujeitos e, quando necessário, favorecer mudanças de perspectiva.

Constata-se a necessidade de projetos de gestão e de educação ambiental que informem a sociedade sobre as normas e leis que regem as unidades de conservação, uma vez que o envolvimento comunitário amplia as chances de aceitação e apoio da população. A análise dos questionários revelou a existência de barreiras à visitação dos locais investigados, o que evidencia a importância de ações de divulgação e educação ambiental voltadas à aproximação dos moradores com a unidade de conservação.

Nesse contexto, o desenvolvimento de processos formativos e informativos em educação ambiental ganha relevância tanto para a academia quanto para a sociedade, podendo contribuir para ampliar o conhecimento dos moradores sobre os espaços investigados e favorecer sua aproximação com a APA Serra do Lajeado. As unidades de conservação apresentam grande potencial educativo, constituindo espaços privilegiados para o desenvolvimento de atividades de ensino e aprendizagem relacionadas às questões ambientais. Entretanto, para que esse potencial seja plenamente aproveitado, são necessários maiores investimentos em pesquisas científicas e em ações de educação ambiental, considerando as características e as barreiras de visitação identificadas neste estudo.

Assim, a promoção de ações que aproximem a comunidade dos espaços protegidos pode favorecer o maior conhecimento sobre a unidade de conservação e estimular o envolvimento dos moradores com as questões ambientais. A construção desses vínculos pode contribuir para o fortalecimento da gestão participativa e para o desenvolvimento de uma cidadania ambiental mais crítica e atuante, embora tais dimensões não tenham sido diretamente mensuradas nesta pesquisa.

ISSN 1981-4127

Ampliar tais processos requer a integração entre políticas públicas consistentes, ações educativas permanentes e a abertura de espaços de diálogo entre gestores, pesquisadores e comunidades locais. No contexto deste estudo, essa articulação pode subsidiar estratégias voltadas à redução das barreiras de visitação identificadas e à ampliação do conhecimento da população sobre os espaços investigados, considerando as características do recorte amostral analisado.

Dessa forma, conclui-se que a pesquisa alcançou o objetivo proposto, contribuindo para a análise das percepções dos moradores de Lajeado sobre a APA Serra do Lajeado e evidenciando os principais fatores que moldam essa relação com a unidade de conservação. Os resultados indicam caminhos para fortalecimento de ações de educação ambiental e de gestão participativa, de modo a reduzir as barreiras existentes entre comunidade e unidade de conservação e promover maior integração entre sociedade e meio ambiente.

Como limitações deste estudo, aponta-se a adoção de uma amostragem não probabilística por conveniência e o tamanho reduzido do recorte amostral, fatores que impedem a generalização estatística dos resultados para a totalidade da população do município de Lajeado-TO.

Como desdobramento, sugere-se a ampliação da análise para outros contextos urbanos da região, especialmente no município de Palmas-TO, onde já se desenvolvem estudos correlatos, permitindo comparações entre diferentes realidades sociais inseridas na APA Serra do Lajeado e contribuindo para o aprofundamento da compreensão sobre a percepção ambiental na região.

Declaração de uso de inteligência artificial

Este artigo utilizou as ferramentas de inteligência artificial generativa Gemini e ChatGPT como apoio auxiliar à sistematização de ideias, organização dos eixos temáticos, revisão de fluidez textual e padronização formal. A ferramenta não foi utilizada como autora, coautora nem substituta da interpretação. A seleção das fontes, a delimitação do problema, a análise crítica, as conclusões e a responsabilidade pelo conteúdo final são integralmente humanas. As referências bibliográficas e normativas foram conferidas e organizadas pela

ISSN 1981-4127

autoria, mantendo-se a transparência quanto ao uso instrumental da IA no processo de elaboração textual. Registra-se que a referência brasileira mais expressa atualmente localizada sobre declaração obrigatória de uso de inteligência artificial generativa na atividade científica é a Portaria CNPq n. 2.664/2026. Também se utiliza, como documento orientador do ecossistema de pesquisa e fomento, o texto da CAPES sobre inteligência artificial na pesquisa e no fomento, sem que isso afaste a necessidade de observância das normas específicas de periódicos, eventos científicos e instituições de ensino.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO ONÇA D'ÁGUA. **Arte Rupestre na Área de Proteção Ambiental (APA) Serra do Lajeado** [livro eletrônico]. Tocantins: Associação Onça D'Água, 2024. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/14MUzvNzbzilLfnQMEYWGA2kkT6uB5uCo/view. Acesso em: 6 set. 2025.

BRAGA, Rafael Nunes; Marcomin, Fátima Elizabeti**.** Percepção Ambiental: uma análise junto a moradores do entorno da Lagoa Arroio Corrente em Jaguaruna, Santa Catarina. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 21, 2008. Disponível em: https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3047. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

CARVALHO, Aurean de Paula; RODRIGUES, Maria Anunciada Nery. Percepção ambiental de moradores no entorno do açude Soledade no estado da Paraíba. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 19, n. 1, p. 25-35, 2015. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/270299748.pdf. Acesso em: 7 jul. 2025.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 256.

CARDOSO, I., DE NEGREIROS, A., & PEREIRA, G. (2024). Classification of the relief of deforested areas in the Cerrado of Tocantinense in the period from 2012 to 2022/ Classificação do relevo das áreas desmatadas no Cerrado Tocantinense no perío co de 2022. **William Morris Davis - Revista De Geomorfologia**, *5*(2), 191–202. Disponível em: https://doi.org/10.48025/ISSN2675-6900.v5n2.2024.632. Acesso em 15 junho 2026.

ISSN 1981-4127

CIRNE, M. B. Desapropriação ambiental: uma leitura ecologizadora da jurisprudência do STF e do STJ. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 19, n. 44, p. 220-223, maio/ago. 2022. Disponível em: http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/1947. Acesso em: 20 ago. 2024.

COSTA FILHO, Pedro Alves da; FERREIRA, Letícia Sousa dos Santos; NÁPOLIS, Patrícia Maria Martins. Metodologias de educação ambiental em unidades de conservação brasileiras: uma revisão de 2011 a 2021. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 41, n. 2, p. 52-72, 2024. Disponível em: https://periodicos.furg.br/remea/article/view/14987. Acesso em: 31 maio 2026.

DE MORAIS ALVES, C., CARNEIRO DA SILVA, Carneiro da Silva, E., & VIERA DE SOUSA, D. (2026). Percepção ambiental da população de Miguel Calmon (BA) em relação ao Parque Estadual das Sete Passagens. **REMEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental**, v. 43, n. 1, p. 71-92, 2026. Disponível em: https://periodicos.furg.br/remea/article/view/18770. Acesso em: 10 maio. 2026.

DUARTE, Daiane Romio *et al*. Conexão entre pessoas e ambiente: uma revisão de literatura sobre topofilia. **Oculum Ensaios**, v. 18, e214706, 2021. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/3517/351766234017/351766234017.pdf. Acesso em: 31 maio 2026.

ESPINDOLA, Laila Salmen; ARTAXO, Paulo. Biomas brasileiros: Edição da Ciência & Cultura explora riqueza dos ecossistemas do país. **Ciência e Cultura**, v. 75, n. 4, 1 jan. 2023. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252023000400001&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 2 set. 2025.

FURTADO, Simonní Elias; CRISTO, S. S. V. Análise das transformações ambientais no entorno do Parque Estadual do Lajeado, Palmas–Tocantins. **Geografia, Ensino e Pesquisa**, v. 22, p. 01-11, 2018. Disponível em: https://scholar.archive.org/work/ia7kgzlqizgwljwnbwexxyyseu/access/wayback/https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/download/29699/pdf_1. Acesso em: 20 fev 2026.

GONÇALVES, Catarina Trevisan et al. Educação ambiental em unidades de conservação: construindo relações com a comunidade do entorno. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), v. 20, n. 4, p. 149-163, 2025. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/20360. Acesso em: 5 maio. 2026.

GOOGLE. **[Rotas e distâncias de atrativos a partir de Lajeado, TO].** Mountain View: Google Maps, 2026. Disponível em: google.com. Acesso em: 5 jul. 2026.

IBGE. **Lajeado: História & Fotos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/lajeado/historico. Acesso em: 25 jun. 2026.

KIKUCHI, Regina Mayumi. Impacto da implantação da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado) no rio Tocantins, com ênfase na comunidade bentônica. 2005. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/items/8a03b09e-630a-425a-b746-118005a0eeda. Acesso em: 04 junho 2026.

LOPES, Márcia Helena; SILVA, Sandro Dutra; TAVARES, Giovana Galvão. Sobre a origem social do direito ambiental. **Fronteiras: Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente**, Anápolis, v. 2, n. 2, p. 78-88, jun./dez. 2013. Disponível em: https://core.ac.uk/display/234551069. Acesso em: 11 maio 2026.

ISSN 1981-4127

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 30. ed. São Paulo: JusPODIVM, 2024.

MAPBIOMAS. **RAD2024**: Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2024. São Paulo: MapBiomas, 2025. p. 88. Disponível em: https://alerta.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/17/2025/11/RAD2024_28_10.pdf. Acesso em: 31 maio 2026.

MATTOS, Thiago Pierre Linhares *et al*. Direito ambiental no Brasil: Avanços, desafios e perspectivas. **IOSR Journal of Humanities and Social Science (IOSR-JHSS)**, v. 30, n. 2, s. 1, 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Mikel-De-Mello-2/publication/388756197_Direito_Ambiental_No_Brasil_Avancos_Desafios_e_Perspectivas/links/67a4f2a896e7fb48b9b97e02/Direito-Ambiental-No-Brasil-Avancos-Desafios-e-Perspectivas.pdf. Acesso em: 10 maio 2026.

PEREIRA, Jhonata da Silva; BALSAN, Rosane; PEIXOTO, Sanclever Freire; MACEDO, Rômulo. Perfil dos visitantes e opinião de um morador sobre o Mirante do Limpão, APA Serra do Lajeado (TO). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, [S. l.], v. 18, n. 5, p. 561–576, 2025. DOI: 10.34024/v2mnb435. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/21249. Acesso em: 31 maio 2026.

RAMOS, A. Souza de; NOGUEIRA, E. M. Leite; LIMA, R. Abreu. Análise de estudos sobre meio ambiente e sociedade: uma revisão sistemática. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 10, n. 21, p. 76–92, 2021. Disponível em: https://www.revistasuninter.com/revistameioambiente/index.php/meioAmbiente/article/view/986. Acesso em: 30 maio 2026.

RODRIGUES, Bruno Cesar Rabelo *et al*. **Percepção ambiental e gestão das unidades de conservação**: contribuições para a conservação e sustentabilidade no Brasil. 2024. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2024. Disponível em: https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/241118065.pdf. Acesso em: 31 maio 2026.

SANTOS, Marcos Aurélio Perroni dos. A percepção ambiental como ferramenta estratégica de gestão em Unidades de Conservação. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**, Niterói, v. 8, n. 13, p. 42-50, 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/download/48258/28335. Acesso em: 15 fev. 2025.

SAWYER, Donald et al. **Perfil do Ecossistema: Hotspot de biodiversidade do cerrado**. ed. SuperNova. 2018. Disponível em: https://shs.hal.science/halshs-02870718/document. Acesso em 20 maio 2026.

SILVA, Thiago Henrique Costa *et al*. Para além do papel: estudo das unidades de conservação brasileiras. **Interações**, Campo Grande, v. 25, p. e2523777, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/txjVhj98ZSWWkYLYWM9W5Fk/?format=html⟨=pt. Acesso em: 10 ago. 2025.

TOCANTINS. **Lei nº 906, de 20 de maio de 1997.** Cria a Área de Proteção Ambiental – APA Serra do Lajeado e dá outras providências. Disponível em: https://central.to.gov.br/download/246030. Acesso em: 22 jun. 2025.

ISSN 1981-4127

TOCANTINS. Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins). **Serviços de consultoria**: contratação de consultoria para apoiar o Naturatins no fortalecimento da gestão das Áreas de Proteção Ambiental a partir da instrumentalização da gestão territorial: Resumo Executivo (Anexo 6. do Produto 8): APA Serra do Lajeado. Tocantins: Naturatins, 2019. 97 p. Disponível em: https://central3.to.gov.br/arquivo/484166/. Acesso em: 31 maio 2026.